

## da idade média à contemporaneidade ambientes e musealização

**Sessão 1.** Na última década, assistimos a um aumento exponencial das intervenções arqueológicas em contextos urbanos. O aumento generalizado das preocupações com a defesa dos valores patrimoniais, associado à progressiva disponibilização de instrumentos de ordenamento e planeamento de âmbito municipal, o desenvolvimento de legislação aplicável e a maior eficácia das entidades responsáveis pela tutela do património edificado e arqueológico, conduziu ao desenvolvimento da arqueologia preventiva e à criação de empresas de arqueologia e gabinetes municipais.

O território leste transmontano e duriense não ficou excluído e também aqui têm vindo a ser criadas estruturas municipais ligadas à protecção e divulgação do património, e têm vindo a ser desenvolvidas intervenções importantes. Pretendeu-se com a presente sessão discutir o “estado da arte” face a este conjunto de intervenções, de características muito diversas mas que têm vindo a ocorrer nos diversos centros históricos.

**Sessão 2.** A organização de uma sessão relativo à conservação da natureza, prende-se com a ligação sólida entre arqueologia e o território, mas também pelas semelhanças entre problemáticas relativas à protecção e valorização do património natural e arqueológico.

Debateram-se temas ligados à agricultura, ao ecoturismo, à conservação da natureza, em exemplos sectoriais e concretos, e incluiu-se uma vertente mais teórica e conceptual, relacionada com os meios de protecção e de ordenamento do património.

**Sessão 5.** Os processos de patrimonialização de sítios arqueológicos, na óptica da respectiva musealização, constituem o tema da presente secção, constituída no intuito de rever experiências concretizadas ou em projecto, no território em causa, e simultaneamente contribuir para aprofundar a sua eficácia em termos de fruição pública.



# 04

da idade média à  
contemporaneidade  
ambientes e  
musealização

III congresso  
de arqueologia  
trás-os-montes,  
alto douro  
e beira interior

actas das sessões

entidades organizadoras do congresso:



Centro Nacional de Arte Rupestre



Parque  
Arqueológico  
Vale do Côa

entidades financiadoras da edição:



COMISSÃO DE  
COORDENAÇÃO DA  
REGIÃO CENTRO



PROGRAMA  
OPERACIONAL  
DA REGIÃO CENTRO



Governo da  
República Portuguesa



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu de  
Desenvolvimento Regional



# 04

**da idade média à  
contemporaneidade**  
ambientes e  
musealização

**III congresso  
de arqueologia**  
trás-os-montes,  
alto douro  
e beira interior

**actas das sessões**

## índice

- 6 **prefácio**  
António Edmundo
- sessão 1
- 7 **introdução**  
Paulo Dordio e Miguel Rodrigues
- 17 acta 1  
**O urbanismo e a arquitectura do Sabugal Velho (Aldeia Velha, Sabugal). Tentativa de caracterização de uma aldeia fortificada no Riba-Côa dos séculos XII-XIII**  
Marcos Osório
- 26 acta 2  
**A vila de Vinhais: da sua fundação e amuralhamento**  
Armando Redentor
- 35 acta 3  
**O Castelo de Torre de Moncorvo na Idade Média face aos resultados da intervenção de 2001**  
António Chéney
- 43 acta 4  
**Identificação do Fosso da Cerca de Torre de Moncorvo**  
César Guedes
- 49 acta 5  
**Povoamento e organização do território nas regiões de Chaves, Vila Real e Lamego (séc. IX-XIV)**  
Ricardo Teixeira
- 64 acta 6  
**As escavações arqueológicas na área urbana da Vila Velha de Vila Real**  
Lídia Baptista
- 79 acta 7  
**Vestígios materiais da guerra. A destruição da Capela de S. Marcos, em Trancoso, no ano de 1385**  
Maria Antónia Athayde Amaral, Paulo Morgado, Ricarda Moura e António Coelho Rocha
- 90 acta 8  
**Trás-os-Montes e Alto Douro na construção da economia moderna (séculos XV-XVII)**  
Amândio Jorge Morais Barros

## sessão 2

- 99 **introdução**  
Ana Lúcia Berliner
- 100 acta 9  
**Turismo de Natureza e Gestão de Áreas Naturais**  
José Manuel Alho
- 108 acta 10  
**Das Áreas Protegidas aos Parques Arqueológicos, uma analogia: o processo de criação, a gestão e os planos de ordenamento**  
Fernando Pau-Preto
- 123 acta 11  
**Exemplos da gestão do património natural do PNDI: estratégias de conservação**  
Vitor Baptista

## sessão 5

- 126 **introdução**  
Graça Araújo
- acta 12
- 127 **Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa: subsídios para o programa museológico**  
António Faustino Carvalho e António Nabais
- acta 13
- 131 **Recuperar a memória da Vila Velha de Vila Real: da investigação à musealização**  
Ricardo Teixeira e João Ribeiro da Silva
- acta 14
- 154 **O santuário de São Salvador do Mundo de São João da Pesqueira. Estudo e proposta de valorização patrimonial: I – ARQUEOLOGIA**  
J. A. Gonçalves Guimarães
- acta 15
- 161 **A valorização dos povoados proto-históricos. Experiências (Citânia de Briteiros). Ideias para projectos (Senhora do Castelo – Urros)**  
Francisco Sande Lemos, Carla Braz Martins e Gonçalo Cruz
- acta 16
- 174 **Um discurso pedagógico para a arte rupestre do Vale do Côa: o processo de criação do Serviço Educativo do PAVC**  
Marta Mendes
- acta 17 (extra)
- 181 **El Mapa de Forrester – Aspectos históricos relativos a la navegación del Duero (en los 250 años de la *Região Demarcada do Douro* 1756-2006)**  
Emilio Rivas Calvo e Carlos d'Abreu

## ficha técnica

### Editor

Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão

### Título

Actas do III.º Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior

### Coordenação do Congresso

Alexandra Cerveira Lima, António Martinho Baptista, António Sá Coixão

### Coordenação Editorial das Actas

Alexandra Cerveira Lima, André Tomás Santos, António Martinho Baptista, António Sá Coixão, Luís Luís

### Coordenação Científica da Sessão 1 Territórios de Fronteira. Reorganizações seculares (da Baixa Idade Média à Época Contemporânea)

Miguel Rodrigues, Paulo Dordio

### Coordenação Científica da Sessão 2 Património Natural: Como estamos de conservação?

Ana Berliner, Dalila Correia, Jorge Silva

### Coordenação Científica da Sessão 5 Musealizar em arqueologia: Experiências, horizontes, públicos

Graça Araújo

### Autores

Alexandre Matos, Ana Berliner, António Chéney, António Coelho Rocha, António Edmundo, António Faustino Carvalho, António Nabais, Armândio Jorge Morais Barros, Armando Redentor, Carla Braz Martins, Carlos d'Abreu, César Guedes, Dalila Correia, Emilio Rivas Calvo, Fernando Cabral, Fernando Pau-Preto, Francisco Sande Lemos, Gonçalo Cruz, Graça Araújo, J. A. Gonçalves Guimarães, João Muralha, João Ribeiro da Silva, Jorge Silva, José Manuel Alho, Lídia Baptista, Marcos Osório, Maria Antónia Athayde, Marta Mendes, Miguel Rodrigues, Paulo Dordio, Paulo Morgado, Ricarda Moura, Ricardo Teixeira, Sandra Naldinho, Vítor Baptista

### Gestão Editorial

Setepés.Arte

### Revisão de Textos

Sessão 1 Autores

Sessão 2 Dalila Correia e autores

Sessão 5 Graça Araújo

### Design

Gina Ferreira

### Pré-Impressão, Impressão e Acabamentos

1ª Edição, 2008. Porto

ISBN: 978-972-99799-3-4

Depósito Leal

### Tiragem

1000 Exemplares

O Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa (MAAVC) é um equipamento cultural que vem criar as condições necessárias para o estudo, conservação, divulgação, interpretação e valorização do vasto complexo de arte rupestre do Vale do Côa. É igualmente um equipamento cultural de elevado valor para a região em termos de desenvolvimento económico, dada a potencialidade do mesmo para atrair públicos, sobretudo na área do turismo cultural e ambiental.

O objectivo do presente texto é a apresentação, por um lado, das reflexões iniciais acerca dos princípios de base inerentes à filosofia do programa museológico e da própria função do MAAVC, e por outro, da estruturação concreta e conteúdos definidos para a exposição permanente. No momento em que se redigem estas linhas está em elaboração o projecto museográfico, sob responsabilidade da equipa de arquitectura vencedora do concurso (formada pelos arquitectos Pedro Tiago Pimentel e Camilo Rebelo), que materializará o discurso museológico ora dado a conhecer.

### **O arranque do projecto museológico: reflexões de base**

O projecto do MAAVC não incluía à partida uma colecção concreta nem um programa museológico definido, dois dados básicos para a criação de uma instituição museológica. Sempre se assumiu que o verdadeiro museu se encontrava no próprio vale do rio, por toda a área onde se encontram as gravuras rupestres. É um facto que estamos, efectivamente, perante um museu a céu aberto, um templo sem tecto, que necessita «apenas» de espaços museológicos para fins de interpretação, exposições temporárias, serviços educativos, reservas, centro de documentação, serviços de investigação e serviços de conservação e restauro.

Contudo, a necessidade de um pré-programa preliminar mais consistente que o lançado a concurso para a arquitectura (note-se que o Júri formado para o efeito não integrava museólogos) obrigou, logo de início, que se definisse toda a organização de espaços do edifício de acordo com a Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto), segundo a qual: «O museu deve dispor de instalações adequadas ao cumprimento das funções museológicas, designadamente de conservação e segurança, ao acolhimento e circulação dos visitantes e à prestação de trabalho do seu pessoal» (Artigo 50.º) e «1 - As instalações do museu comportam necessariamente espaços de acolhimento, de exposição, de reservas e de serviços técnicos e administrativos. 2 - O museu deve, sempre que possível, dispor de outros espaços adequados ao cumprimento das funções museológicas, designadamente, biblioteca ou centro de documentação, áreas para actividades educativas e para oficina de conservação» (Artigo 51.º).

Este espaço museológico, cujo principal objecto é a arte rupestre do Vale do Côa, necessita de uma estrutura que assegure a gestão deste (geograficamente vasto) património e que inclua espaços adequados para o funcionamento dos diferentes serviços museais, tais como:

- . Direcção,
- . Administração,
- . Investigação e Centro de Documentação, Incorporação e de Inventário,
- . Conservação e Restauro,
- . Comunicação e Organização de Exposições,
- . Educação,
- . Marketing, Edições e Produtos Comerciais,
- . Assistência Técnica e Vigilância.

acta 12

## **Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa: subsídios para o programa museológico**

António Faustino Carvalho

(Arqueólogo. Universidade do Algarve.

F.C.H.S., Campus de Gambelas, 8000-117

Faro (e-mail: afcarva@ualg.pt).)

António Nabais

(Museólogo. Instituto Português de Museus

/ Museu Etnográfico e Arqueológico Dr.

Joaquim Manso. Associação Portuguesa de

Museologia (APOM) (e-mail: ajcmn@sapo.pt)

No que respeita à museologia, deparámo-nos de início, como se referiu, com ausência de uma definição clara sobre os objectos que iriam incorporar os espaços de exposições do edifício museal e, conseqüentemente, a própria narrativa museológica. Foi necessário também, nesta primeira etapa, definir algumas questões estruturantes para um esboço de primeiro programa museológico, entre as quais ressaltam as seguintes:

1. O âmbito do MAAVC: trata-se de um museu de parque arqueológico e/ou um museu regional?
2. A vocação e missão do MAAVC: que articulação se deve estabelecer com as visitas aos núcleos de arte rupestre originais? Deve o museu substituir essas visitas, contribuindo para a sua melhor conservação, ou deve complementar as visitas actualmente organizadas pelo PAVC, promovendo a arte do Côa inacessível ao público em geral?

Após diversas trocas de sugestões e impressões com o Dono da Obra (isto é, o Instituto Português de Arqueologia, que então nomeara uma comissão técnico-científica de acompanhamento para o efeito), foi definido um conjunto elementar de princípios-base que definem toda a estrutura e programa museológico concretos, a saber:

1. O MAAVC terá de ter valências específicas que o constituam como um «museu aberto». A arte rupestre classificada como Património da Humanidade pela UNESCO e contextos correlativos será o elemento basilar, quase exclusivo, da exposição permanente. É este património que o distinguirá sempre de qualquer outro museu nacional ou estrangeiro.
2. Definiu-se um conceito de «exposição permanente de longa duração», que dá cumprimento ao exposto no Caderno Encargos do concurso de arquitectura: «[...] *um museu de referência internacional para a arte rupestre paleolítica de ar livre da Europa ocidental, onde o tema principal e dominante é a arqueologia do Vale do Côa, classificada como Património Nacional e como Património da Humanidade pela UNESCO*». Com efeito, as características da investigação no Vale do Côa obrigam à criação de uma narrativa expositiva efémera porque os resultados dos trabalhos arqueológicos estarão permanentemente a fornecer novos objectos e informações que conduzirão a uma reformulação periódica do percurso. Portanto, a exposição de carácter permanente ou de longa duração prevê alterações sempre que a investigação e os achados arqueológicos o justifiquem. O exemplo máximo desta situação é o notável conjunto de arte móvel paleolítico do sítio do Fariseu, ainda inédito e em curso de estudo, descoberto durante a elaboração do programa museológico, mas que o integra desde já.
3. Devido à existência de poucos objectos arqueológicos disponíveis, a exposição permanente (tal como definida atrás) exige o recurso a outros elementos expositivos, nomeadamente réplicas (tanto dos painéis gravados como dos artefactos arqueológicos), imagens 3D, e outras soluções. Estes elementos serão usados com equilíbrio, de modo a que se garanta a valorização dos objectos originais. A opção pelo recurso à utilização de réplicas prende-se com questões óbvias de conservação *in situ* da arte rupestre - assunto que, recorde-se, foi debatido vivamente aquando do processo de defesa da arte do Côa em 1994/95 - e com a importância de expor no MAAVC painéis de núcleos de arte rupestre que não se encontram abertos ao público ou que, por razões de localização e acesso, nunca poderão ser objecto de visitas regulares. Em termos de arte parietal, apenas integrarão a exposição aquelas peças que já se encontrem descontextualizadas, musealização que será também em si mesma, como é óbvio, uma medida para a sua conservação.
4. Por razões que se prendem com o espaço relativamente reduzido da área do edifício consignada à exposição permanente, a arte rupestre classificada como Património da Humanidade pela UNESCO e contextos correlativos serão, como se mencionou atrás, os elementos basilares da exposição permanente. Neste sentido, o MAAVC terá características

de um museu de sítio. Não haverá, portanto, um percurso museológico semelhante ao de outros museus de arqueologia, tipicamente estruturado num discurso diacrónico unilinear com início no Paleolítico e terminando, sem interrupções, nas épocas históricas mais recentes.

Para além do espaço da apresentação das últimas incorporações e da criação de reservas visitáveis, a exposição permanente estrutura-se em blocos temáticos que incidem principalmente: (1) na arte rupestre paleolítica, neo-calcolítica e da Idade do Ferro classificadas como Património da Humanidade pela UNESCO; (2) no registo arqueológico do sítio do Fariseu; e (3) nas estelas ou estátuas-menir da Pré-História recente e Proto-História da região. Em concreto, a arte paleolítica do Vale do Côa será enquadrada no contexto europeu (de ar livre, mas não só), o qual será citado e apresentado sumariamente, considerando-se a região portuguesa como o expoente máximo das manifestações de ar livre.

Durante o percurso expositivo é assegurada uma relação com o exterior - a paisagem do vale - de modo a que o visitante se sinta atraído pelo «santuário» natural onde se encontram as gravuras, embora sem o distrair dos elementos expositivos apresentados. O percurso expositivo é também ambivalente. Ou seja, pode ser livre, criado no momento pelo próprio visitante, em que este se pode dirigir directamente aos diversos espaços temáticos autónomos que desejar visitar, ou, alternativamente, o visitante poderá seguir o trajecto predefinido.

Para além do espaço da apresentação das últimas incorporações, de tipo showroom, e das reservas visitáveis, a exposição permanente estrutura-se em blocos que incidem nos grandes temas acima referidos. Na evolução das propostas que foram sendo trabalhadas, indicada no quadro anexo, pode verificar-se uma progressiva simplificação dos blocos temáticos, em número e na sua articulação, e, sobretudo, pode verificar-se a emergência do eixo estruturante da exposição: a arte paleolítica do Vale do Côa organizada em função dos seus dois grandes momentos: o «Santuário Antigo» e o «Santuário Recente», com as suas características próprias em termos de técnicas utilizadas na execução da arte, de temas representados e de distribuição espacial no interior do vale (Baptista, no prelo).

<b>Evolução das propostas de estruturação do percurso expositivo</b>	
<b>2005:</b>	<b>2006:</b>
1. A REGIÃO E O MONUMENTO	1. A REGIÃO E O MONUMENTO
2. LER NAS ROCHAS	2. O SÍTIO DO FARISEU E O TEMPO LONGO DO PALEOLÍTICO
3. O FARISEU E A ARQUEOLOGIA RUPESTRE	3. OS DOIS GRANDES CICLOS DA ARTE PALEOLÍTICA DO CÔA
4. A ARTE MÓVEL	4. O HOMEM POR SI PRÓPRIO
5. O GESTO E A ARTE	5. A ARTE DOS POVOS PRÉ-ROMANOS
6. OS ANIMAIS E OS SIGNIFICADOS	
7. VIVER NO CÔA HÁ 18 MIL ANOS	
8. O HOMEM POR SI PRÓPRIO	
9. ESTELAS ANTROPOMÓRFICAS	
10. O LEGADO DE ESTRABÃO	

**tabela** Evolução das propostas de estruturação do percurso expositivo 2005/2006

A função regional do MAAVC cumprir-se-á nas exposições temporárias e nas reservas, que deverão valorizar e complementar a exposição permanente, podendo nelas figurar temas como a ocupação romana da região, o papel de território de fronteira das terras de Riba Côa durante a Idade Média, etc., ou mesmo exposições sobre outros temas, tais como a arte moderna, a etnografia local, a Pré-História recente da região, etc. Neste programa museológico consideramos que as exposições temporárias serão um instrumento fundamental

## **O programa museológico: algumas linhas-guia**

para valorizar outros aspectos do património cultural regional, que se poderá levar a efeito através de uma boa programação e divulgação das sucessivas exposições a ter lugar. Seria um mau investimento se um equipamento cultural como o MAAVC se circunscrevesse unicamente à arqueologia rupestre do Côa.

O conceito de reserva como espaço público aparece neste Museu como uma inovação num programa museológico. O visitante pode, assim, durante o percurso museológico, ver os objectos que irão ser utilizados, tanto para estudo como para exposições temporárias. Conforma-se, deste modo, uma opção que, ao permitir o acesso dos visitantes não especialistas a um espaço usualmente reservado a estudiosos e conservadores, proporcionará àqueles um conhecimento mais próximo dos «bastidores» da investigação. Trata-se de uma opção com objectivos explicitamente pedagógicos. As reservas visitáveis serão, portanto, enquadradas no percurso expositivo, o que significa que lhes é dado um estatuto de espaço público que pode ser visitado sem qualquer autorização especial. Os objectos estarão expostos sem qualquer discurso narrativo, oferecendo apenas uma leitura de reserva das colecções, dispostas segundo critérios de armazenamento usuais de espólio arqueológico. É garantida a segurança e a conservação do mesmo através de equipamento adequado, para que a visita seja livre e sem condicionamentos especiais. Com esta medida pretende-se aproximar o MAAVC do público, como espaço de conhecimento e de aprendizagem. Cabe ainda referir a Oficina de Arqueologia Experimental, que funcionará regularmente em de espaço próprio no interior do Museu.

### 3. Conclusões

Como se referiu no início, à data de redacção deste texto está a ser elaborado o projecto museográfico do percurso expositivo, buscando-se soluções museográficas dinâmicas que assegurem a possibilidade de uma actualização permanente do discurso museológico.

A imagem deste museu passa obrigatoriamente pela arte rupestre que se encontra distribuída pelo vale do rio. O MAAVC só se entende como um todo: as gravuras, no seu contexto geográfico original; e o edifício, que constitui o equipamento de estudo e de interpretação das primeiras.

Para além das obras da construção do edifício, em curso desde Janeiro de 2007, urge criar um quadro de pessoal (em devido tempo, foi apresentada pelos autores desta comunicação uma proposta ao Dono de Obra) que permita iniciar a elaboração do plano de actividades do MAAVC para entrar em funcionamento imediatamente após a sua abertura ao público.

As exposições temporárias, para além de oferecerem um carácter regional ao museu, apresentam aos públicos novos pretextos para se deslocarem a Foz Côa, que, hoje, graças à melhoria das acessibilidades viárias, permite aos habitantes dos grandes aglomerados, como Lisboa e Porto, chegar a este ponto do país em poucas horas. Deste modo, o interior vê assegurado um equipamento cultural cujo funcionamento pleno, se assente numa forte dinâmica museal, trará com certeza benefícios para a região em vários domínios, desde o cultural e turístico, ao económico.

### Bibliografia

BAPTISTA, A.M. (no prelo) – *A arte paleolítica de ar livre do Vale do Côa*. In FORTEA PEREZ, J., ed. – *Atlas del arte paleolítico de la Península Ibérica*. Oviedo: Universidad de Oviedo.